

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.759.145 - PE (2020/0238067-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : ROSANA CLÁUDIA LÖWENSTEIN DE ARAÚJO FEITOSA
- PE016529
AGRAVADO : RONILDO CARDOSO DA SILVA
REPR. POR : LUCELINA SOUZA E SILVA
ADVOGADO : MARCO AURÉLIO CARNEIRO DE MENEZES - PE022691

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DE PERNAMBUCO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, assim resumido:

RECURSO DE APELAÇÃO DIREITO CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER ATENDIMENTO E INTERNAÇÃO DOMICILIAR (HOME CARE) NECESSIDADE COMPROVADA PACIENTE COM SEQUELAS DE AVC HEMORRÁGICO DEVER DO ESTADO PRESERVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE VIOLAÇÃO O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES INOCORRÊNCIA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO RAZOABILIDADE RECURSO DESPROVIDO DECISÃO UNÂNIME

Alega o recorrente violação do art. 537 do CPC, defendendo a redução do valor arbitrado como astreintes, porque excessivo o montante definido pelo acórdão recorrido, trazendo os seguintes argumentos:

Em que pese a astreinte ter caráter coibitivo de atraso no cumprimento, ou mesmo descumprimento da ordem judicial, não se pode desconsiderar que há determinação legal, impressa no art. 537, do CPC em vigor, de que a fixação da mesma deve ser compatível com a obrigação, e não configurar como ônus excessivo como ocorre no presente caso.

Frise-se, que a multa diária fixada in casu equivale à absurda quantia de R 60.000,00 (sessenta mil reais) ao mês!! O que é totalmente desproporcional à obrigação imposta. A fixação de astreinte em valor notoriamente desarrazoado como ocorre no presente caso olvida das noções de equidade que devem pautar as decisões judiciais, clamando o caso por intervenção desse C.

Tribunal para fins de reduzir a multa diária aqui impugnada, mormente em razão do cumprimento de tal decisão demandar certo tempo, vez que envolve compra de medicamento não contemplado pelo SUS, com observância das normas relativas a aquisições/contratações pelo Poder Público.

[...]

É o caso dos autos, já que a violação ao dispositivo infraconstitucional resta configurada, bastando valorizar o contexto probatório para confirmação de tal violação, sendo que o que se discute são as circunstâncias jurídicas postas no acórdão recorrido, em manifesta contrariedade a do dispositivo legal. (fls. 229/230).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Por fim, consigno que a multa por descumprimento da decisão (R\$ 2.000,00/dia) está em consonância com a natureza da obrigação imposta e, portanto, deve ser mantida na forma fixada pelo magistrado a quo.

Com base nessas considerações, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao recurso. (fl. 196)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente